

ATA DA V REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA – COMITÊ POPRUA

ATA DA V REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, REALIZADA NO DIA 31 DE OUTUBRO DO ANO DE 2013, NO AUDITÓRIO DA SMDHC– CENTRO/SP, COM A PRESENÇA DOS **MEMBROS TITULARES**: ISABEL CRISTINA BUENO DA SILVA (SMADS), CORMARIE GUIMARÃES PEREZ (SMS), MIRIAM DA SILVA (SDTE), PAULO CÉSAR DE PAULA (MNPR-SP), LEDA SUELI DE ARRUDA MARTINS (SEME), MANOEL MESSIAS N. SANTOS (MNPR-SP), RENATO RIBEIRO SENA (MNPR-SP), JÚLIO RENATO LANCELLOTTI (PASTORAL DO POVO DA RUA), MARIA CAROLINA TIRABOSCHI FERRO (CENTRO GASPAS GARCIA), MARIA NAZARETH CUPERTINO (ASSOCIAÇÃO REDE RUA) **MEMBROS SUPLENTE**S: LUANA ALVES SAMPAIO CRUZ BOTTINI (SMDHC), MARIA FERNANDA MENDES PEREIRA (SEHAB), VERA LUCIA MARTINEZ MANCHINI (SMS), IRAIR DE JESUS (SES), OTON INÁCIO PEREIRA (MNPR-SP), EDIVALDO BARBOSA DOS SANTOS (MNPR-SP), NATHALIE FRAGOSO E SILVA FERRO (CLINICA DE DIREITOS HUMANOS – FDUSP), NINA LAURINDO (NÚCLEO DH DA POP EM SITUAÇÃO DE RUA E CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS), MELISSA WITCHER (CENTRO GASPAS GARCIA DE DIREITOS HUMANOS), IVONETE GARDINI (SEFRAS), **MEMBROS DA COORDENAÇÃO DA POPRUA**: FERNANDA ARAUJO DE ALMEIDA (SMDHC), PAULO ALMEIDA DE OLIVEIRA (SMDHC), RITA DE CASSIA OLIVEIRA (SMDHC), VITOR BASTOS DE FREITAS ALMEIDA (SMDHC), **DEMAIS MEMBROS**: LUCIANA DE TOLEDO TEMER CASTELO BRANCO (SECRETÁRIA DE SMADS), FLAVIA C MENOTE (SDTE), MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA (SES), MARIA ANGÉLICA SPAGNUOLO MOLINA (SMSU/GGI), THAUAN PASTRELLO.

Aos trinta e um dias do mês de outubro de 2013 foi realizada a V Reunião Extraordinária do Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua – Comitê PopRua, em auditório pertencente à Municipalidade de São Paulo localizado na Rua Líbero Badaró, nº 119, auditório térreo, na cidade de São Paulo. A reunião foi iniciada às 15h00 e coordenada pela Sra. Luana Cruz Bottini. Convocada em caráter extraordinário para discutir “O papel do comitê: atribuições e formato”. Deu-se início à sessão com a **Sra. Luana** (SMDHC) comunicando a presença da Secretária Luciana Temer da SMADS é submetendo ao plenário a proposta de inserir na pauta a discussão sobre o Espaço do Parque Dom Pedro. O Sr. **Pe Júlio** (Pastoral do Povo da Rua) pediu para ler a carta elaborada pela sociedade civil. Diz que acha pertinente a proposta da Sra. Luana, e propõe que após a discussão do Parque Dom Pedro a pauta original seja cumprida. O Sr. **Renato Ribeiro Sena** (MNPR) questionou a formatação do Comitê, sugeriu a criação de grupos de trabalho temáticos para aprofundar temas. Para ele o papel do Comitê vem sendo cumprido, ressalta que são as ações que estão falhando. A **Sra. Nazareth** (Associação Rede Rua) propõe a leitura da carta da sociedade civil e na sequência a discussão com a Secretária Luciana Temer, conforme sugeriu a mesa, pois enfatiza que os assuntos estão relacionados. Os demais concordam com o encaminhamento. A Sra. Nazareth dá início à leitura da **carta** que é protocolada e a palavra é passada da a Sra. **Secretária Luciana Temer** (SMADS) que inicia dizendo que o conteúdo da carta reflete a preocupação que a mesma traz para discussão e reflexão na reunião. Ressalta que como exposto na carta é preciso construir juntos, retoma o ponto da carta que afirma que a sociedade civil não quer apenas ser comunicada, mas construir efetivamente. Afirma que como Secretária sente-se muito confortável em compartilhar essa responsabilidade com o Comitê. Assume que as pressões do cotidiano por vezes pedem respostas imediatas e que para ela dividi-las com o Comitê é mais confortável. Ressalta que como todos sabem as pessoas que estão instaladas no Parque Dom Pedro são de

diversos lugares. Afirma que tem freqüentado o espaço, juntamente com a Luana e a Sub-Sé e as demais Secretarias. Informa que organizou uma assembléia juntamente com o Rogério Sottili para ouvir as pessoas e saber como conduzir aquele espaço. Diz que o primeiro pleito das pessoas é fechar o espaço, transformar numa espécie de acolhimento fechado. Afirma que não era sua proposta inicial, mas que é o pleito deles, e que diante disso, ou seja, trabalhar como espaço transitório e com construção de soluções de encaminhamentos individuais é preciso fechar o espaço e congelá-lo, como se fosse um acolhimento provisório trabalhando com as pessoas que estão lá. Relata o que já tem no espaço, descreve o trabalho das equipes do Consultório na Rua e das Equipes de Abordagem da SMADS. Fala que as equipes da SMADS são pequenas que pensou em fechar a área e conveniar com uma entidade. Ela sugere uma entidade que tenha no seu quadro profissionais das áreas jurídica, psicólogos e assistentes sociais para começar a construir algo para aquele espaço. Descreve que os cadastros já foram iniciados, tanto CAD - Único, quanto os da Habitação. Retoma que a SEHAB está junto nesse processo, diz que tem consciência que nem todos têm condições para assumir uma moradia individual nesse momento, mas os que estão prontos serão atendidos. Diz que pensou que uma entidade conveniada possa assumir e gerenciar aquele espaço de maneira mais efetiva. Finaliza dizendo que gostaria de ouvir o que o Comitê tem a pronunciar sobre isso, quais são suas propostas. O Sr. **Renato Ribeiro Sena** (MNPR) diz que o Movimento Nacional vem sendo cobrado sobre qual é sua posição sobre a Ação da Praça da Sé. Expõe que a posição do Movimento é que eles são contrários a permanência das pessoas na Praça da Sé, pois aquela não é uma condição de vida digna, assim como na Tenda Parque Dom Pedro ressalta ele, pois avalia que a condição é sub-humana. Enfatiza que é política paliativa, não é solução de fato. Dessa forma, afirma que o Movimento não é favorável a permanência na Praça da Sé, tampouco a solução da Tenda como está se dando. Critica que a ação não foi discutida pelo conjunto do Comitê. Para ele, o governo deu muita autonomia para os que estão no Parque Dom Pedro, sem saber quem são aquelas pessoas. Ele diz que hoje a Prefeitura gesta um barril de pólvoras. Avalia que existe um perigo para os profissionais na medida em que foi dada autonomia às pessoas que lá estão, podendo influenciar na condução dos trabalhos por parte da equipe técnica. Ele avalia que os profissionais estão em risco, inclusive os profissionais do Governo. Para ele enquanto o governo continuar de acordo com os supostos líderes daquele espaço, dando o aval para fazer o que quiserem, aquilo vai acabar mal. Diz que a coisa vai complicar muito quando as divergências começarem aparecer, pois eles vão cobrar do governo coisas que o mesmo não poderá atender. A **Sra. Melissa** (Centro Gaspar Garcia), diz que em primeiro lugar estão muito dispostos em compartilhar responsabilidades, mas o problema é saber se o poder público vai compartilhar integralmente as propostas e responsabilidades com eles. Para ela é fundamental saber que o Governo entende que não há uma única resposta, mas em contrapartida é fundamental também ouvir o povo. Ela diz que é preciso limitar o número de pessoas lá, pois ela avalia que é impossível fazer um bom trabalho com tantas pessoas, compreendendo a complexidade que leva uma pessoa à rua. Disse que contraditoriamente essa é a realidade da rede de serviços. Ela questiona a Secretária quanto à proposta de conveniamento com entidade que tenha estrutura com assistência jurídica e psicológica, afirma que em geral os convênios tradicionais são muito precários e não oferecem esse mesmo quadro de funcionários. Finaliza dizendo que pensar juntos não só em resolver os problemas instaurados, mas decidir antecipadamente as ações. Para ela o que aconteceu foi à transferência das pessoas da Praça da Sé para o Parque Dom Pedro sem planejamento. Conclui dizendo que as pessoas estão na mesma situação anterior, apenas não atrapalham mais a Praça. O Sr. **Paulo Cesar** (MNPR), relatou uma experiência em BH semelhante que utiliza espaço transitório para encaminhamento da população em situação de rua. Comentou os pontos negativos com relação à “chegada” do tráfico de drogas que segundo ele sempre acompanham tais ações. Ele se diz favorável a espaços transitórios, mas é preciso garantir a individualidade das pessoas, e as propostas imediatas tais como saúde. Para ele nem todos são dependentes químicos, mas é preciso fazer um trabalho com encaminhamentos antecipadamente, não a partir de quando as pessoas já estão lá. Para ele o ideal seria que as pessoas já chegassem ali com o

encaminhamento feito e sabendo que sua necessidade será atendida, e não chegar ali somente com expectativas de coisas que ela nem sabe se vai acontecer. O Sr. **Messias** (MNPR), fala para Secretária Luciana que muitas vezes questionou sua falta nas reuniões do Comitê e que está muito feliz em vê-la. Sugere que ela organize-se para estar presente nas demais. Para ele o espaço da Tenda Parque Dom Pedro não deve ser fechado, enfatiza que o mesmo deve ser aberto pelo caráter de transitoriedade. Relata que tem visitado e conversado com as pessoas que lá estão. Diz que historicamente nenhum governo atendeu a população em situação de rua com unidade habitacional e que atualmente não diferente. Fala que tem conversado com pessoas e soube que não chegou em Brasília o pedido para locação social para Poprua. Finaliza dizendo que é preciso agilizar o direito deles e de todas as pessoas garantindo a locação social. O Sr. **Padre Julio** (Pastoral do Povo da Rua), fala para Secretária que sua proposta para construção de estratégias para o Parque Dom Pedro talvez tenha chegado atrasada, porque para ele consertar o trabalho mal feito, sem que cesse as ações higienistas na cidade não é possível. Relata que no dia anterior presenciou uma ação absurda que o deixou estarrecido, descreve uma intervenção na Praça Ramos por parte da GCM e dos agentes da Subprefeitura da Sé, conta que os mesmos chegaram jogando água e retirando os pertences das pessoas de maneira estúpida e grosseira. Narra a espera pelo SAMU por parte de uma pessoa que estava doente no local. Com relação ao Parque Dom Pedro diz que não haverá solução fácil, tampouco romântica, pois não se garante democracia perguntando inocentemente o que cada um quer, para lá é preciso que hajam soluções rápidas, diversificadas e articuladas entre os vários setores da Prefeitura. Diz que foi feita uma ação atabalhoada na Praça da Sé, critica o ônibus do Programa Crack é Possível Vencer. Fala para a Secretária que a ação tratou de retirar as pessoas da Praça da Sé e transferir para o Parque Dom Pedro sem nenhuma proposta, sem mesmo que a infra-estrutura estivesse pronta, sem chuveiros, banheiros funcionando adequadamente. Enfatiza que se começar a perguntar para eles, a resposta pode ser um apartamento na “Berrini”. Indaga o que se fará com isso? Continua dizendo que a pergunta é sobre os novecentos reais prometidos na desocupação da Sé. Diz que não conhece ninguém que tenha recebido bolsa aluguel. Diz que para a sociedade civil a questão é toda articulada, menciona o exemplo do abrigo emergencial Zaki Narchi, diz que não o frequenta mais, pois o mesmo não deveria existir. Critica o sucateamento das áreas e dos serviços da rede de proteção e acolhimento. Descreve a ação na operação da Tenda Santa Cecília, afirma que foi uma intervenção extremamente truculenta. Enfaticamente critica a intervenção por parte das polícias Civil e Militar. Afirma que a GCM e a Subprefeitura estavam juntas. A **Sra. Secretária Luciana Temer** (SMADS) pede a palavra para explicar que ali não foi uma ação desordenada da Prefeitura, mas sim a ação de um Delegado da Polícia Civil descontrolado que causou exaltações na ação, que foi uma ação isolada sem participação da Prefeitura. **Pe. Julio** retoma a palavra e denuncia que existe uma iminente possibilidade atentado, com ameaça de morte na Santa Cecília. Disse que existem pessoas jogando urina, fezes e ameaçando a população em situação de rua com armas. Diz que existe uma animosidade para com a população em situação de rua. Afirma que a situação é grave e que nunca presenciou algo parecido. Pergunta quem fez o cartaz do disque 100. Sugere que seja feita uma campanha de mobilização para denúncias de violação de direitos das pessoas em situação de rua. Afirma ainda, que têm relatos de agressão por parte de uma Assistente Social da SMADS, que agrediu uma pessoa em situação de rua até sangrar, informa que comunicou a defensoria pública. A **Sra. Isabel Bueno** (SMADS) esclarece a situação conflituosa entre a trabalhadora e pessoa em situação de rua que ocorreu na Zaki Narchi. Relata que o morador puxou a assistente social por trás e a mesma ao se desequilibrar num ato de reflexo bateu o braço e acertou a boca do morador que sangrou. Afirma que mesmo com todas as dificuldades que os trabalhadores têm, ela acredita neles e no trabalho desenvolvido. Analisa que hoje há uma situação de intolerância generalizada na região da Santa Cecília, exemplifica a situação com o caso do Delegado que foi bastante autoritário, diz que no contexto estão às declarações do CONSEG, das senhoras de caridade que ali moram é que se trata de uma expulsão natural dos que ali estão organizados. Diz que é preciso avaliar e decidir se é benéfico ou maléfico continuar com o equipamento ali, porque a

associação que cuida do espaço está sendo muito perseguida. Afirma que existe uma situação de perseguição com a população de rua lá, e que a situação requer uma análise para decidir se deve continuar com equipamento naquele espaço. Relata que a relação hostil vai desde a Igreja até o Delegado da Santa Cecília. Para ela o contexto não é diferente do resto da cidade. Finaliza expondo a questão da mídia e a pressão que sofrem da sociedade em geral, diz que a Record quando liga não quer saber se a Prefeitura está cuidando das crianças ou se haveria políticas públicas para as mesmas. Mas sim, porque a Prefeitura não assume uma postura firme diante dos “atos infracionais” praticados por essas crianças. Diz que os funcionários da SMADS, também sofrem com isso. **Pe. Júlio**. Pede novamente que cesse imediatamente as ações contra o povo da rua na cidade, pois afirma que ações como estas não resolvem e não ajudam, pois agita ainda mais as pessoas e impede aproximações. Sugere que se não houver respostas rápidas, criativas e diferenciadas para o Parque Dom Pedro nada mais dará certo, pois a situação hoje é aviltante, segundo ele. Concorde com o congelamento da área, até que seja feito o esvaziamento total. Sugere que as pessoas que já estão prontas para serem encaminhadas para a SEHAB, ou para sua família têm que ser encaminhadas imediatamente, que não fiquem nem mais um dia no local. Finaliza dizendo que se qualquer entidade se propor assumir aquele espaço ele vai sugerir que não assumam. A **Sra. Secretária Luciana Temer** (SMADS), pergunta como irá encaminhar essas pessoas, pois SMADS não tem corpo para isso. A **Sra. Carolina Ferro** (Centro Gaspar Garcia) Diz que é com alegria que recebe a senhora Secretária para discutir, pois discutir propostas e monitoramento da política para população em situação de rua é um pedido que o grupo tem feito, mas afirma que em certo sentido é com uma sensação até de desrespeito. Argumenta que desde a última reunião eles vieram mostrando todas as violações que ocorreram na ação na Mooca, e para ela é ridículo que peçam para pensar coletivamente em resposta para algo que é consequência de uma política que não concordam, e estão completamente fora de acordo. Enfatiza que se as operações vão continuar a acontecer na cidade, eles não têm interesse de discutir as consequências dessas operações. Afirma que não se furtam ao debate, pois entendem que esse é o papel da sociedade civil, debater e discutir, mas não assumir as consequências de ações que discordam. Para ela a retirada da população da rua é uma das últimas etapas do atendimento à população. Assegura que nenhuma entidade que coaduna com os princípios e interesses do povo da rua vai concordar em assumir aquele espaço. Afirma que concorda que o uso das barracas no espaço público, e ainda o uso de drogas são problemas, fala que ninguém acha digno a forma como estavam antes, mas não acreditam que o enfrentamento a isso se dá apenas pela segurança pública, acreditam que podem sim pensar juntos, fazer uma comissão que vá lá e façam uma análise para dar alternativas, mas não querem que aquilo vire um espaço para que possam acontecer novas operações e as pessoas sejam encaminhadas para lá. Faz uma crítica ao Programa Parceria Social, diz que com trezentos reais, ninguém consegue moradia no centro, afirma que vem tentando para uma pessoa e não consegue pelo valor, e que as pessoas não possuem a renda complementar, conclui então que o Programa não atende aos requisitos das pessoas que lá estão. A **Sra. Nazareth** (Associação Rede Rua) diz que é sempre muito complicado falar sobre o assunto, pois a situação da Tenda Parque Dom Pedro é apenas a ponta do Iceberg. Relembra que desde o início do Comitê a sociedade civil tem chamado a responsabilidade do Comitê de começar a discutir política pública e o monitoramento das ações, mas se o Comitê não consegue definir nem seu papel isso fica ainda mais difícil, pois, segundo ela não existe um consenso sobre o papel do Comitê, ela diz que é uma divergência entre as percepções da sociedade civil e do poder público. Para ela, precede a necessidade de compreender e pactuar quais são as atribuições do Comitê, qual seu objetivo, para aí sim, a sociedade civil dizer se pode ou não contribuir com o poder público, ela diz que esse é o primeiro ponto. Diz que em segundo lugar, é preciso discutir o conflito entre pessoas em situação de rua e os trabalhadores, conforme mencionou anteriormente Pe Julio quando relatou a situação que ocorreu na Zachi Narchi, pois para ela são situações relacionadas e que representam as graves condições de trabalho desses trabalhadores e servidores públicos. A situação representa ainda, as frágeis condições de conveniamento com Prefeitura. Ela fala de denúncias de trabalhadores

que são ameaçados e perseguidos por não aceitarem tais condições. Informa que existe uma carta Manifesto dos Trabalhadores denunciando esse processo, expondo os problemas das terceirizações de CRAS e CREAS. Expõe que diante da situação, não se trata de discutir isoladamente a Tenda. Diz que se não cessarem as ações desordenadas nas ruas, não tem como ter conversa. Avalia que é muito complicado o poder público chamá-los apenas para resolver os problemas. Afirma que querem ajudar a construir uma saída, construir a Política. Afirma que esse não é um problema da SMADS sozinha. Questiona porque a SEHAB não está presente. Indaga que a Saúde está presente mas não tem sequer uma proposta. Sugere que os Secretários e o Prefeito sentem para decidir de uma vez por todas qual a Política do Governo para a população em situação de rua. Diz que eles estão muito tristes, decepcionados, revoltados e com uma indignação muito grande. Finaliza dirigindo-se à Secretária Luciana Temer, afirma que a sugestão que ela faz agora de construção coletiva deveria ter sido feita lá no início do Comitê. Conclui pontuando as seguintes reivindicações: Agendar uma conversa com o Prefeito, para ouvir dele qual sua proposta para construir a cidade. Considera que não dá para consultar a sociedade civil e com isso achar que já estão contemplados, pois apenas consultar para resolver, não é construir coletivamente, não querem dividir os resultados de uma política construída unilateralmente. Conclui afirmando que são os resultados da Copa do Mundo, que em todo o país estão ocorrendo ações semelhantes, mas acredita que em São Paulo as coisas poderiam acontecer de uma forma melhor. **Sra. Angélica** (SMSU), analisa que realmente a situação é muito delicada. Diz a situação na Tenda não é confortável, diz ainda que as coisas como estavam anteriormente na Praça da Sé também não eram adequadas. Afirma que o espaço público estava sendo apropriado de maneira indevida, e que aquele sim era um espaço de violações de direitos. Referente ao ônibus do Programa Crack diz que estão em uma fase de experimento e teste, assegura que é uma tecnologia bastante avançada. Conclui dizendo que a experiência em todo país mostra que a política do governo federal funciona. **Sr. Edivaldo Barbosa dos Santos** (MNPR), agradece a Secretária Luciana e os demais presentes. Relata suas dificuldades com relação à dependência do uso de Crack, diz que atualmente faz tratamento no CAPS e está bem sem usar a droga. Diz que ninguém ainda viu nada, e que ele pode mostrar que o problema é muito grave. Afirma que participou na Luz da atividade de campanha do Prefeito Haddad quando ele era ainda candidato e falou com ele sobre a situação, disse que em São Paulo cada bairro tem pelo menos duas “cracolândias”. Relata que no Parque Dom Pedro tem um lugar chamado triângulo, diz que lá “o crack rola solto”, são mais de 30 pessoas consumindo diariamente. Continua relatando que descendo mais tem o “buraco”, e que lá tem mais de 80 pessoas consumindo crack. Fala ainda que na Tenda Alcântara Machado, é outro ponto de consumo. Conclui sua fala apontando as dificuldades para manter-se abster-se, diz que é preciso muito tratamento. A **Sra. Secretária Luciana Temer** (SMADS) se posiciona com relação a sua participação no Comitê, afirma que a coordenação é da Secretária de Direitos Humanos e que a Luana vem coordenando esse processo. Justifica que sempre que necessário ela comparece. Prossegue dizendo que segundo ela as avaliações que foram feitas representam um recorte de um grupo muito pequeno. Fala que o Prefeito sofreu grande pressão com a situação da Sé, que as pessoas tinham medo de andar na rua, que o consumo de crack era notório. Fala que assumiu o compromisso, de sempre agir na linha dos direitos humanos. Informa que pediu uma pesquisa na Zaki Narchi e concluiu que a maioria dos usuários de lá nunca foram para nenhum equipamento, nunca quiseram usar nenhum equipamento, ela afirma que elas dizem na pesquisa que elas precisam daquele espaço. Fala que é preciso partir do pressuposto de que há uma boa vontade dos dois lados. Mas que não admite a fala de que as condições na Tenda são piores do que na Sé, elas estão em péssimas condições em ambos os lugares. Diz que concorda que a fala do Comitê tem que ser mais ampla, trabalhando uma gama maior de ações. Diz que deseja construir uma saída coletiva. Afirma que entende que o equipamento não é transitório, mas sim a passagem das pessoas por lá. Fala que a experiência da Zaki Narchi deu a ela a esperança de acolher pessoas que nunca entraram na rede, deu a esperança de criar um espaço mais próximo da rua, mais parecido com a rua. Diz que não tem corpo para fazer um trabalho lá sem uma entidade, diz que sua vontade é encaminhar

todos que estão lá, afirma que se tivesse corpo já teria feito isso, por isso precisa de um grupo lá que ajude a fazer esses encaminhamentos. Assegura que sua participação na reunião é para pedir ajuda para pensar, pois terá que propor alguma ação para o espaço. Diz que não pode se comprometer que o prefeito não fará mais ações como essa na cidade. Propõe fazer esse canal com o Prefeito e levar a diante essa demanda. Ressalta que o que pode garantir é um compromisso e respeito aos direitos humanos. O **Sr. Thainan**, agradece a oportunidade de falar e saúda a plenária. Diz que é muito difícil falar depois da Secretária porque como trabalhador social, também acredita que não é responsabilidade apenas da SMADS dar conta de tudo isso, mas acredita que a situação do Parque Dom Pedro deve ser compreendida no âmbito da política pública mais ampla. Diz que não se refere apenas a uma forma de violência literal, mas afirma que qualquer opressão sofrida por essa população é uma violência. Avalia que são ações de higienismo. Afirma que o espaço do Comitê é muito democrático, agradece a oportunidade de falar, mas acredita que a democracia não se faz apenas dentro do Comitê, mas sim na Sé, na Alcântara, em todos os espaços. A **Sra. Nina Laurindo** (Núcleo DH da Pop. em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis), Diz que está preocupada com relação ao caminho que está seguindo o Comitê. Ressalta que entende que todas as pautas sugeridas pela sociedade civil são invertidas. Relata que a sociedade civil propôs discutir a Operação Baixas Temperaturas no começo do ano, e que em agosto absolutamente nada do que foi sugerido foi acatado. Indaga que a gestão Haddad resolve tudo nas ruas e depois pergunta ao Comitê o que deve ser feito. Afirma que quando pediram para que a Política para População em Situação de Rua estivesse sob responsabilidade de Direitos Humanos não era isso que imaginavam que iria acontecer. Fala que é inaceitável que uma gestão que se diz popular monte uma coisa daquelas no Parque Dom Pedro. Afirma que é algo que deveria ser denunciado nos órgãos internacionais de direitos humanos. Finaliza dizendo que o espaço é público e que não há dúvidas, mas que com certeza as pessoas não permanecem porque querem. Diz que ela própria ouviu no dia da Ação da Sé que as pessoas que aceitassem descer para a Tenda receberiam novecentos reais de bolsa aluguel. Conclui indagando qual é o papel da sociedade civil para a construção de uma política pública, qual é o papel do governo. Afirma que a gestão assinou a política nacional para população em situação de rua e está andando na contramão dessa política. A **Sra. Vera** (SMS), fala que chegou a hora de parar de se acusar mutuamente e resolver. Diz que é preciso bater o martelo e dizer “a nossa política é essa”. Sugere uma união e a construção coletiva dessa política. O **Sr. Renato Ribeiro Sena** (MNPR) diz que se a implodirem, o Comitê, ele será o último a sair. Diz que sua posição enquanto conselheiro do Comitê é de construção. Sugere a construção de grupos de trabalho temáticos. Propõe a construção de um GT para discutir o espaço do Parque Dom Pedro, mas ressalta que deve ser realmente construído em conjunto. Diz que sabem que a população de rua tem o direito, mas, entende que as pessoas também têm o direito de transitar na rua. Fala que eles queriam ser consultados para que pelo menos não houvesse violência. Finaliza dizendo que quer trabalhar que está disposto a enfrentar a situação e encontrar a solução. O **Sr. Pe. Júlio** (Pastoral da Rua) diz que sem dúvidas a cidade é para todos, mas a cidade deveria ser prioritariamente para aqueles que têm o direito de usufruir negado. Fala que é retórica dizer que a cidade é para todos quando na verdade é para aqueles que têm o poder econômico e o poder político. Diz que as coisas já estão claras e objetivas, pois entende que não há propostas. Fala que na SEHAB não há nenhuma solução, apenas promessas, perspectivas e possibilidades. Afirma que a equidade é tratar os desiguais de maneira diferente, não tratar os desiguais da mesma forma. Ressalta que numa cidade com interesses econômicos tão contraditórios, as pessoas não podem ser tratadas da mesma maneira. Sugere que a pauta seja invertida, diz que é melhor pautar o governo com as questões sociais ao IPTU. Questiona onde está a Inteligência no combate o tráfico para coibir as condições que foram constatadas nas cracolândias mencionadas nesta reunião. Cita que o abrigo da Zaki Narchi foi pautado nessa mesma sala e foi posição da sociedade civil de que ele não existisse mais, e que houvesse uma descentralização. Não entando não aconteceu. Diz que é muito estreito o pensamento de quem acha que a violência é somente cacetada. Diz ele que a violência tem seu simbolismo, constrange e oprime. A **Sra. Nazareth**

(Associação Rede Rua) diz que o todo o debate realizado tem relação com o espaço do Comitê, no entanto, sugere retornar a pauta inicial sobre qual é o entendimento do poder público sobre o papel da sociedade civil no Comitê. Diz que discorda das falas que expuseram que a sociedade civil apenas se manifesta para criticar, ressalta que diversas vezes eles se propuseram ajudar, no entanto nenhuma proposta foi acatada. Relata que trabalha num equipamento e presencia a morosidade nos encaminhamentos para a Secretaria da Habitação, avalia que a relação entre as Secretarias na prática está extremamente enfraquecida. Pondera que o Comitê deveria ser espaço para fortalecimento das Secretarias. Diz que todos os Secretários deveriam ter a posição que a Secretaria Luciana teve hoje. Lembra que o Plano de Baixas temperaturas foi construído por meses com a ajuda dos servidores e quando chegou na hora foi simplesmente abortado. Diz que falta planejamento e falta uma decisão real do governo. Propõe que as Secretarias conversem para fortalecer ações Intersecretariais e apresentem suas propostas concretas. O **Sr. Paulo Cesar** (MNPR), crítica os moradores da Santa Cecília em sua ação de pressionar a Prefeitura para o fechamento da Tenda. Diz que essa não é a solução, afirma que quem mora naquele bairro é uma elite que não quer discutir. Ressalta que qualquer ação de fechamento da Tenda deve passar pelo COMAS, que se fechar é preciso arrumar outro espaço antes. Diz que essas pessoas não aceitam vir ao Comitê discutir uma solução para o problema. O **Sr. Messias** (MNPR), fala para Secretaria Luciana Temer que ela não pode fechar o espaço da Tenda Parque Dom Pedro. A **Sra. Luana** (SMDHC), retoma que algumas pessoas sugeriram ocupar outros espaços para discutir direitos humanos da população em situação de rua. Cita a conferência para política de drogas que ocorreu na semana passada, conta sobre o Diálogo na Praça Roosevelt para discutir as questões da cidade, as Audiências Públicas para discutir Plano de Metas. Avalia que estes espaços são importantes. Lembra que outros Secretários já estiveram presentes no espaço do Comitê. Menciona que a participação do Secretario de Habitação desencadeou o trabalho do GT, cita que no Plano de Metas 2000 unidades habitacionais foram garantidas para esse público. Informa que esteve a manhã inteira com a equipe da habitação para discutir os encaminhamentos e propostas. Informa que apenas as Subprefeituras não estão presentes, mas todas as secretarias estão representadas. Informa que a Campanha de Publicidade sobre a visibilidade da População em Situação de Rua está sendo pensada e deve sair ainda neste ano. Lembra que a Secretaria Luciana está presente para discutir o Parque Dom Pedro. Menciona que entende que o grupo fez uma proposta de criar um GT para desenhar um espaço transitório e transversal em ações com encaminhamentos rápidos e consistentes. Diz que outra situação importante apresentada pelo grupo é referente às ações, fala que o grupo poderia apresentar uma proposta de como deveriam ser essas ações. Sugere que as denúncias com relação à Tenda Santa Cecília sejam encaminhadas ao Balcão de Direitos Humanos da SMDHC para que verifique a fundo essa situação. Diz que agora temos tempo para fazer um bom relatório com propostas para pensar a operação baixas temperaturas para 2014. A **Sra. Nazareth** (Associação Rede Rua), diz que gostaria de voltar para a pauta inicial, fala que esse Comitê não pode dar nenhum encaminhamento enquanto não discutir a pauta central – Qual é o real papel da sociedade civil no Comitê. Discorda que o Comitê tenha que entregar uma proposta para o Parque Dom Pedro em uma semana. Diz que a sociedade civil não se sente responsável em criar projeto em uma semana, pois não foi consultada quando tomaram a decisão de fazer a operação desastrosa do Parque Dom Pedro. Ressalta que a criação de qualquer comissão deva estar condicionada a interrupção das ações do tipo das vêm ocorrendo na cidade.. A **Sra. Secretaria Luciana Temer** (SMADS) pede licença ao plenário pois precisará se ausentar. Agradece a disponibilidade de todos, fala que precisara construir alguma saída em pouco tempo, e que conseguiu compartilhar algumas angustias com os presentes. A **Sra. Carolina Ferro** (Centro Gaspar Garcia), diz que da fala da Luana tem uma questão que ilustra o que ela quer ressaltar, pois em seu entendimento são distintas as percepções sobre a diretriz “construir juntos”, fato que tem deixado todos frustrados. Menciona que a Luana disse que esteve presente para discutir Habitação, no entanto no mesmo dia havia uma reunião do GT Habitação que foi desmarcada sem motivo aparente, e que são situações como estas que evidenciam a dificuldade de compreender os papéis, e o

processo de construção da política. A **Sra. Luana** (SMDHC), esclarece que a coordenação também foi surpreendida com o cancelamento da reunião com o GT. Indaga que o Governo precisa reunir-se para construir uma linha única de atuação, e que isso é mais que legítimo. Explica que a reunião foi para que na próxima reunião com a sociedade civil as informações estivessem sistematizadas em um relatório sobre os encaminhamentos do MCMV. A **Sra. Ana**, fala que todo diálogo tem uma pergunta que necessita de uma resposta, e que um consenso que pode gerar novas respostas e perguntas. A carta representa uma pergunta pactuada pela sociedade civil e que agora necessita de uma resposta. Ela diz acreditar que a SMDHC tem um papel muito pertinente para realizar essa missão. Segundo ela trata-se de estabelecer um prazo para que o poder público responda a carta da sociedade civil. A **Sra. Luana** (SMDHC), diz que não consegue reunir nove Secretarias antes da próxima reunião do Comitê prevista para acontecer em 4 dias úteis. O Sr. **Pe. Júlio** (Pastoral da Rua), sugere desmarcar a reunião ordinária e manter uma reunião exclusiva do poder público para construir a resposta. A **Sra. Nazareth** (Associação Rede Rua), pergunta a Luana qual foi à ordem do comando para as ações. A **Sra. Luana** (SMDHC), diz que o governo deliberou que população em situação de rua é prioridade e que deve ser tratada como tal. Esclarece que o Prefeito se compromete a pagar qualquer preço por propostas efetivas de direitos humanos para a população em situação de rua. E que portanto o coletivo do governo, das Secretarias, age sob égide desse preceito e tem atuado. Explica que as ações que estão acontecendo em toda a cidade têm um comando único, e que nem todas as secretarias conseguem estarem presentes em todas as ações. Informa que a ação na Sé foi antecedida por uma análise prévia de aproximadamente dois meses para identificar qual era a problemática, pois havia informações que se tratava de um público com características de uso de drogas. Esclarece que as equipes de Saúde e SMADS tentaram abordar e conseguiram fazer alguns encaminhamentos. Relata que havia boatos de estupro dentro das barracas que ali estavam. Diz que concomitantemente o Prefeito vem sofrendo pressão da sociedade para dar uma resposta rápida para aquela situação. A **Sra. Nazareth** (Associação Rede Rua) diz que já entendeu, e concluiu que os Secretários estão se reunindo para pensar as ações. Indaga se isso ocorre em nome do Comitê ou das Secretarias.). Fala que não quer discutir se há boa vontade ou não individualmente por parte de cada Secretário, mas que uma coisa fica clara nesse Governo. Ele não quer dialogar com a sociedade civil. Diz que para ela isso é claro, pois o fato de estarem ali não significa construir juntos. Indaga, do que adianta estarem ali se o espaço da decisão é outro. Fala que o COMAS fica a margem das decisões importantes que são tomadas nesses fóruns. Diz que, isso é um desrespeito, pois ele é a instância de deliberação sobre a política de Assistência Social, e que, ao contrário desse Comitê o COMAS é deliberativo. Fala que para ela as coisas ficaram claras e respondidas. Relata estar muito frustrada, pois fez campanha com o Prefeito Fernando Haddad e não esperava ver posturas como estas em seu governo. Diz que há uma resistência do Governo em discutir com a sociedade civil. Indaga que as nove Secretarias se reúnem, e desconsideram a experiência que a sociedade civil construiu há anos com população em situação de rua. A **Sra. Nina Laurindo** (Núcleo DH da Pop. em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis), diz que ficou indignada ao saber que a Secretaria Luciana Temer falou na coletiva da Praça da Sé que a ação foi deliberada no Comitê. A **Sra. Luana** (SMDHC) finaliza a reunião lembrando que o último ato do Haddad tinha sido para a população em situação de rua e um dos seus primeiros compromissos no governo também o foi. Diz que, já o ouviu falar inúmeras vezes que quer garantir direitos humanos para a população em situação de rua. Fala que é seu desejo construir um consenso para dar uma resposta digna para população em situação de rua.

Encaminhamento:

Reunião das secretarias para construir a resposta à carta protocolada pela sociedade civil.